

Município de : MARATAÍZES-ES		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024		
TABELA 01 - Parâmetros Macroeconômicos		

--	--	--	--	--	--	--

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,01%	7,15%	5,96%	4,13%	4,00%	4,00%
VARIAÇÃODO PIB	4,50%	1,97%	0,90%	1,48%	1,80%	1,80%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
CRESCIMENTO AUTONOMO DE OUTROS CUSTEIOS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTVO	0,00%	11,08%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,25%	13,75%	12,75%	10,00%	9,00%	8,75%
Taxa de Câmbio	7,47	5,20	5,25	5,30	5,30	5,40

Os parâmetros acima, obtidos do BCB- Focus Relatório de Mercado, PUBLICADO EM 31/03/2023, foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

LDO 2024
SÍNTESE DA RECEITA

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	393.607.344,91	425.008.657,53	345.501.148,00	434.822.891,00	441.003.903,00	469.387.792,00
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições	20.715.424,43	25.624.873,27	25.379.475,00	26.427.644,00	27.484.740,00	28.584.120,00
Receitas de Contribuições	4.488.303,66	4.907.719,29	5.200.008,00	5.414.769,00	5.631.360,00	5.856.614,00
Receita Patrimonial	2.423.659,11	15.195.451,93	8.110.930,00	8.445.912,00	8.783.749,00	9.135.098,00
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	365.355.302,91	378.252.787,07	306.400.012,74	394.133.459,00	398.723.776,00	425.408.391,00
Outras Receitas Correntes	624.654,80	1.027.825,97	410.722,26	401.107,00	380.278,00	403.569,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.519.797,00	23.490.871,89	20.580.440,00	20.194.551,00	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens	840.010,00	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.679.787,00	23.490.871,89	20.580.440,00	20.194.551,00	-	-
Outras Receitas Capital	-	-	-	-	-	-
Total	396.127.141,91	448.499.529,42	366.081.588,00	455.017.442,00	441.003.903,00	469.387.792,00
Deduções para formação do FUNDEB	- 11.936.176,94	- 14.038.345,80	- 14.936.588,00	- 15.492.442,00	- 16.069.903,00	- 16.671.792,00
Total Líquido	384.190.964,97	434.461.183,62	351.145.000,00	439.525.000,00	424.934.000,00	452.716.000,00

-

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	393.607.344,91	425.008.657,53	345.501.148,00	434.822.891,00	441.003.903,00	469.387.792,00
II - DEDUÇÕES	11.936.176,94	14.038.345,80	14.936.588,00	15.492.442,00	16.069.903,00	16.671.792,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Deduções da Receita Corrente FUNDEB	11.936.176,94	14.038.345,80	14.936.588,00	15.492.442,00	16.069.903,00	16.671.792,00
III- RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	381.671.167,97	410.970.311,73	330.564.560,00	419.330.449,00	424.934.000,00	452.716.000,00

Município de : MARATAÍZES-ES
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2024 a 2026

PODER EXECUTIVO	2024	2025	2026
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	226.438.442,46	229.464.360,00	244.466.640,00
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	215.116.520,34	217.991.142,00	232.243.308,00
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	203.794.598,21	206.517.924,00	220.019.976,00

PODER LEGISLATIVO	2024	2025	2026
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	25.159.826,94	25.496.040,00	27.162.960,00
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	23.901.835,59	24.221.238,00	25.804.812,00
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	22.643.844,25	22.946.436,00	24.446.664,00

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 54,0% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	339.154,96	24.794,55	558.800,00	581.878,44	605.153,58	629.359,72
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	339.154,96	24.794,55	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	558.800,00	581.878,44	605.153,58	629.359,72
Outras Dívidas		-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	98.138.280,59	130.431.341,08	47.729.562,17	94.792.734,93	95.213.581,80	82.370.065,27
Disponibilidade da Caixa Bruta	98.848.143,11	135.693.502,54	51.343.169,58	99.230.619,36	99.239.327,71	86.601.880,44
(-) Restos a Pagar Processados	709.862,52	4.140.654,29	2.425.258,41	3.282.956,35	2.854.107,38	3.068.531,86
(-) Depósitos Restitutíveis e Valores Vinculados		1.121.507,17	1.188.349,00	1.154.928,08	1.171.638,54	1.163.283,31
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(97.799.125,63)	(130.406.546,53)	(47.170.762,17)	(94.210.856,49)	(94.608.428,22)	(81.740.705,55)

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluído (com base na estimativa da Procuradoria Jurídica - 2022 e 2023, 2024 e 2025 corrigidos pelo IPCA).

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

NOTA: O município não possui Regime Próprio de Previdência

Nota²: Considerando a dificuldade de mensuração do ativo disponível, haveres financeiros e restos a pagar processados, consideramos para a disponibilidade de caixa a reestimativa de arrecadação 2023 acrescida do fluxo de caixa de 2022 e, para as despesas, o valor de liquidação projetado com base nas liquidações efetuadas até o mês de março, mais a estimativa de 13º salário, o pagamento dos restos a pagar de 2022, e R\$ 46.708.000,00 estimados de despesas a realizar em obras e outros. Para 2024 e seguintes, a estimativa de disponibilidade de caixa foi feita com base na média dos três exercícios anteriores. Com relação aos Restos a Pagar Processados, mantivemos a mesma metodologia do fluxo de caixa.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	381.671.167,97	410.970.311,73	330.564.560,00	419.330.449,00	424.934.000,00	452.716.000,00
(-) Aplicações Financeiras em Geral	2.423.659,11	15.175.951,93	8.064.899,00	8.397.980,00	8.733.900,00	9.083.255,00
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	379.247.508,86	395.794.359,80	322.499.661,00	410.932.469,00	416.200.100,00	443.632.745,00
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	2.519.797,00	23.490.871,89	20.580.440,00	20.194.551,00	-	-
(-) Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	2.519.797,00	23.490.871,89	20.580.440,00	20.194.551,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	381.767.305,86	419.285.231,69	343.080.101,00	431.127.020,00	416.200.100,00	443.632.745,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Pagto + restos a pagar pagos	Pagto + restos a pagar pagos	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	266.191.253,00	355.131.544,02	366.408.771,18	376.445.523,39	382.099.823,51	392.103.129,19
(-) Juros e Encargos da Dívida	134.902,19	132.054,69	53.505,45	1.000,00	1.000,00	1.000,00
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	266.056.350,81	354.999.489,33	366.355.265,73	376.444.523,39	382.098.823,51	392.102.129,19
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	39.329.747,69	43.503.992,99	46.732.853,08	50.499.563,14	30.153.399,10	47.364.774,81
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	205.657,72	148.277,45	24.794,55	-	-	-
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	39.124.089,97	43.355.715,54	46.708.058,53	50.499.563,14	30.153.399,10	47.364.774,81
Reserva de Contingência (VI)	-	-	9.916.936,80	12.579.913,47	12.680.777,39	13.248.096,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V+VI)	305.180.440,78	398.355.204,87	422.980.261,06	439.524.000,00	424.933.000,00	452.715.000,00

RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)*	76.586.865,08	20.930.026,82	- 79.900.160,06	- 8.396.980,00	- 8.732.900,00	- 9.082.255,00
--	----------------------	----------------------	------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	2.423.659,11	15.175.951,93	8.064.899,00	8.397.980,00	8.733.900,00	9.083.255,00
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	2.423.659	15.175.952	8.064.899	8.397.980	8.733.900	9.083.255

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-

3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	0	0	0	0	0	0

RESULTADO NOMINAL – ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	79.010.524,19	36.105.978,75	-	71.835.261,06	1.000,00	1.000,00	1.000,00
--	----------------------	----------------------	----------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------------

NOTA: O município não possui Regime Próprio de Previdência

ESTIMADO PELA MÉDIA						
PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (2022)EM DIANTE	2021	2022	2023	2024	2025	2026
* RESTOS A PAGAR PAGOS DESPESAS CORRENTES	3.446.886,92	4.885.292,20	4.166.089,56	4.166.089,56	4.405.823,77	4.246.000,96
* RESTOS A PAGAR PAGOS DESPESAS CAPITAL	708.134,00	428.205,45	568.169,73	568.169,73	521.514,97	552.618,14
	4.155.020,92	5.313.497,65	4.734.259,29	4.734.259,29	4.927.338,74	4.798.619,10

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



MUNICÍPIO DE MARATÁIZES- ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANO DE 2023 A 2026

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	LEI	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
				2023	2024	2025	2026	
IPTU	Isenção	portadores de doenças graves incapacitantes e doenças em estágio terminal	1646/2013	6.670,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
IPTU	Isenção	guarda, tutela e adoção de menores por pessoa física	832/2005	3.500,00	4.000,00	4.500,00	5.000,00	Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
IPTU	Isenção	isenção IPTU para contribuintes aposentados e pensionistas	279/1999 (C.T.M) Artigo 189, V	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	Anterior a LRF Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
IPTU	Isenção	o imóvel integrante de um loteamento pelo período de 5 (cinco) exercícios financeiros, a partir da data do seu registro no cartório de registro de imóveis	279/1999 (C.T.M) Artigo 189, VI	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	Anterior a LRF Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%

IPTU	Isenção e remissão	Moradores do Município com idade igual ou superior a 60 anos e deficientes físicos impossibilitados de trabalhar	729/2003	6.670,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
IPTU/TAXAS	Isenção	contribuintes com renda inferior a dois salários mínimos	412/2001	80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
IPTU /ITBI	Isenção	Programa Minha Casa Minha Vida	1529/2012	1.000,00	1.500,00	2.000,00	3.000,00	Estímulo à aquisição de imóvel próprio. Compensação aumento na receita de IPTU nos exercícios posteriores.
IPTU	redução de alíquota	M.E.I	1951/2017	6.670,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	Incentivo ao Microempreendedor Individual. Apesar do instituto legal não haverá necessidade de compensação visto que o CTM estipula apenas uma alíquota para o Imposto Predial, independente do uso ou faixa de valor venal
IPTU	Desconto em cota única para pagamento a vista do exercício corrente	todos os contribuintes do IPTU	279/1999 (C.T.M) Artigo 220 §8º	750.000,00	800.000,00	850.000,00	900.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Estímulo ao pagamento a vista. Compensação no aumento na receita tributária própria de exercício corrente e diminuição de inscrição de débitos na dívida ativa e consequentes ações de execução judicial. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário e diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
ISSQN	Desconto em cota única para pagamento a vista do exercício corrente	todos os contribuintes prestadores de serviço	279/1999 (C.T.M) Artigo 275	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%

IPTU/ ISSQN	Isenção	prestação de serviço, atividades artísticas, esportivas, individuais e escolas de deficientes.	279/1999 (C.T.M) Artigo 284	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário. Diminuição dos valores de descontos do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%
ITBI	Redução de alíquota	aquisição de bem imóvel através do Sistema Financeiro da Habitação	279/1999 (C.T.M) Artigo 236 § único	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Estímulo à aquisição de imóvel próprio. Compensação aumento na receita de IPTU nos exercícios posteriores. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário.
TLFF	Isenção	Associações de classe, entidades sindicais e culturais, e outros;	279/1999 (C.T.M) Artigo 327	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Incentivo à cultura de classe do Município. Valor da renúncia compensado através da intensificação da fiscalização do ISSQN e recadastramento das empresas estabelecidas no Município que geram créditos a título de lançamento de taxas. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário.
TLFF	Isenção	Empreendedores Individuais	Lei 1951/2017 (Lei geral ME)	50.000,00	100.000,00	150.000,00	200.000,00	Ampliação dos lançamentos de cobrança da taxa de fiscalização de localização e funcionamento. Aumento na formalização de negócios e geração de renda e emprego. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário.
TLTV	Redução 50% e 30% base de calculo	Moradores do Município	211/98 – Art. 4º	25.000,00	26.500,00	28.000,00	30.000,00	<u>Anterior a LRF</u> Incentivo ao emprego e incremento na renda dos moradores do Município. Compensação ainda com a redução no desconto do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário.

MULTAS JUROS	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM – Programa de recuperação fiscal com descontos de juros/multas pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	Projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal. Remanescente das legislações anteriores de REFIS	1.400.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	Forma de incrementar o recebimento das dívidas e diminuição com despesas de ajuizamento de execução fiscal. Compensação: aumento da receita da Dívida Ativa. Compensação ainda com a redução no desconto do IPTU passando de 25/20/15/10 e 5% para 15,10 e 5%. Aumento da arrecadação do IPTU, decorrente da ampliação de sua base de cálculo, em função de ações de recadastramento imobiliário.
TOTAL				2.444.510,00	2.671.000,00	2.898.000,00	3.126.000,00	

Fonte: Setores que compõe a Diretoria Tributária - Secretaria Municipal da Finanças/Relatórios gerados pelo software de Gestão Tributária fornecido pela Empresa E&L Produções de Software Ltda

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2022 (a)			2022 (b)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	356.652.000,00	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª Edição do MDF	93,44%	434.461.183,62	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª Edição do MDF	113,83%	77.809.183,62	21,82%
Receita Primárias (I)	356.067.290,00		93,29%	419.285.231,69		109,86%	63.217.941,69	17,75%
Despesa Total	356.652.000,00		93,44%	407.746.563,55		106,83%	51.094.563,55	14,33%
Despesa Primárias (II)	356.371.181,86		93,37%	398.355.204,87		104,37%	41.984.023,01	11,78%
Resultado Primário (I-II)	- 303.891,86		-0,08%	20.930.026,82		5,48%	21.233.918,68	-6987,33%
Resultado Nominal	280.818,14		0,07%	36.086.385,65		9,45%	35.805.567,51	12750,45%
Dívida Pública Consolidada	68.831,22		0,02%	24.794,55		0,01%	- 44.036,67	-63,98%
Dívida Consolidada Líquida	- 53.332.976,14		-13,97%	- 130.406.546,53		-34,17%	- 77.073.570,39	144,51%

*Fonte: Lei Municipal nº. 2209/2021 (LDO 2022).

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2024), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, fica demonstrado que o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, fechou em R\$ 20.930.026,82. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) suportou o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 419.285.231,69 , superou em 17,75% a projeção para o período que foi de R\$ 356.067.290,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 398.355.204,87, estabelecendo-se 11,78% acima da previsão orçamentária.

Esse resultado provém do ingresso de Receita de Capital de Convênios não previstos, e praticamente todas as demais receitas de transferências correntes do exercício de 2022.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2024**

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º,

R\$ 1,00

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	Variação%	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %	2026	Variação %
Receita Total	384.190.964,97	434.461.183,62	13,08%	351.145.000,00	-19,18%	439.525.000,00	25,17%	424.934.000,00	-3,32%	452.716.000,00	6,54%
Receitas Primárias (I)	381.767.305,86	419.285.231,69	9,83%	343.080.101,00	-18,18%	431.127.020,00	25,66%	416.200.100,00	-3,46%	443.632.745,00	6,59%
Despesa Total	309.430.724,33	420.075.672,89	35,76%	423.058.561,06	0,71%	439.525.000,00	3,89%	424.934.000,00	-3,32%	452.716.000,00	6,54%
Despesas Primárias (II)	305.180.440,78	398.355.204,87	30,53%	422.980.261,06	6,18%	439.524.000,00	3,91%	424.933.000,00	-3,32%	452.715.000,00	6,54%
Resultado Primário (I – II)	76.586.865,08	20.930.026,82	-72,67%	79.900.160,06	-481,75%	8.396.980,00	-89,49%	8.732.900,00	4,00%	9.082.255,00	4,00%
Resultado Nominal	79.010.524,19	36.105.978,75	-54,30%	71.835.261,06	-298,96%	1.000,00	-100,00%	1.000,00	0,00%	1.000,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada	339.154,96	24.794,55	-92,69%	558.800,00	2153,72%	581.878,44	4,13%	605.153,58	4,00%	629.359,72	4,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 97.799.125,63	- 130.406.546,53	33,34%	- 47.170.762,17	-63,83%	- 94.210.856,49	99,72%	- 94.608.428,22	0,42%	- 81.740.705,55	-13,60%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %	2026	Variação %
Receita Total	411.660.618,97	460.355.070,16	11,83%	365.647.288,50	-20,57%	439.525.000,00	20,20%	385.126.731,09	-12,38%	394.525.143,43	2,44%
Receitas Primárias (I)	409.063.668,23	444.274.631,50	8,61%	357.249.309,17	-19,59%	431.127.020,00	20,68%	377.211.011,57	-12,51%	386.609.424,79	2,49%
Despesa Total	331.555.021,12	445.112.183,00	34,25%	440.530.879,64	-1,03%	439.525.000,00	-0,23%	385.126.731,09	-12,38%	394.525.143,43	2,44%
Despesas Primárias (II)	327.000.842,30	422.097.175,08	29,08%	440.449.345,85	4,35%	439.524.000,00	-0,21%	385.125.824,77	-12,38%	394.524.271,97	2,44%
Resultado Primário (I – II)	82.062.825,93	22.177.456,42	-72,98%	83.200.036,67	-475,16%	8.396.980,00	-89,91%	7.914.813,20	-5,74%	7.914.847,18	0,00%
Resultado Nominal	84.659.776,67	38.257.895,08	-54,81%	74.802.057,35	-295,52%	1.000,00	-100,00%	906,32	-9,37%	871,46	-3,85%
Dívida Pública Consolidada	363.404,54	26.272,31	-92,77%	581.878,44	2114,80%	581.878,44	0,00%	548.463,57	-5,74%	548.463,57	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 104.791.763,11	- 138.178.776,70	31,86%	- 49.118.914,65	-64,45%	- 94.210.856,49	91,80%	- 85.745.632,72	-8,99%	- 71.233.982,41	-16,92%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2024), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2021,2022 e 2023), bem como para os três seguintes (2024, 2025 e 2026), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às Receitas, Despesas e Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida de 2021, 2022, foram atualizados pela execução orçamentária, enquanto 2023, foi feito por ocasião da LDO 2024 reestimativa de valores.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Despesas Fixadas

CONTAS		DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	REPROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
CONSOLIDADAS ANUAIS		2021	2022	2023	2024	2025	2026
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	270.345.905,19	363.550.471,83	366.408.771,18	376.445.523,39	382.099.823,51	392.103.129,19
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	129.989.202,19	157.283.972,06	168.905.038,00	170.713.491,34	172.420.625,95	174.144.832,63
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo (Fundo de Saúde/Prefeitura)	126.264.515,47	152.897.969,88	163.983.000,00	165.622.830,00	167.279.058,00	168.951.849,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	3.724.686,72	4.386.002,18	4.922.038,00	5.090.661,34	5.141.567,95	5.192.983,63
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	134.902,19	132.054,69	53.505,45	1.000,00	1.000,00	1.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv (Fundo de Saúde/Prefeitura	134.902,19	132.054,69	52.505,45	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.221.800,81	206.134.445,08	197.450.227,73	205.731.032,05	209.678.197,56	217.957.296,56
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo (Fundo de Saúde/Prefeitura)	139.396.860,56	204.871.115,40	195.740.405,45	203.824.484,00	206.977.463,00	215.256.562,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	824.940,25	1.263.329,68	1.709.822,28	1.906.548,05	2.700.734,56	2.700.734,56
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	39.084.819,14	44.196.091,71	46.732.853,08	50.499.563,14	30.153.399,10	47.364.774,81
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	38.879.161,42	44.047.814,26	46.708.058,53	48.999.563,14	30.153.399,10	47.364.774,81
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo (Fundo de Saúde/Prefeitura)	38.837.134,29	43.896.641,01	46.512.880,81	48.725.399,20	29.879.235,15	47.090.610,86
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	42.027,13	151.173,25	195.177,72	274.163,94	274.163,95	274.163,95
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	1.500.000,00	-	-
4.5.90.61.00.00.00	Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis Executivo (Fundo de Saúde/Prefeitura)	-	-	-	1.500.000,00	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	205.657,72	148.277,45	24.794,55	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo (Fundo de Saúde/Prefeitura)	205.657,72	148.277,45	24.794,55	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	12.329.109,35	9.916.936,80	12.579.913,47	12.680.777,39	13.248.096,00
	TOTAL DAS DESPESAS	309.430.724,33	420.075.672,89	423.058.561,06	439.525.000,00	424.934.000,00	452.716.000,00
	EXECUTIVO	304.839.070,23	401.946.058,44	406.313.586,25	419.672.713,20	404.135.756,15	431.299.021,86
	CÂMARA	4.591.654,10	5.800.505,11	6.828.038,00	7.272.373,34	8.117.466,46	8.168.882,14

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	840.010,00	1.553.560,00
Alienação de Bens Móveis	-	840.010,00	1.553.560,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	97.804,48	20.958,37	465,89

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	65.208,00	1.331.462,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	65.208,00	1.331.462,00
Investimentos	-	65.208,00	1.331.462,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia - IId) + (IIIh))	2021 (h) = ((Ib - IId) + IIIi)	2020 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	1.116.128,74	1.018.324,26	222.563,89

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2021, 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

METAS ANUAIS - CONSOLIDADO

R\$ 1,00

8.732.900,00

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias; não consideramos o crescimento das transferências constitucionais e legais. Assim, para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,48%, 1,8% e 1,8% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,13%, 4,00% e 4,00 %, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil,

verificadas em 31 de março de 2023.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 1.447/2022 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, **o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual** ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada **no quadro "Resultado Nominal"**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2024, 2025 e 2026, utilizou-se, como parâmetros para precatórios posteriores a 05/05/2000, utilizou-se o valor pago em 2022, acrescidos da taxa de IPCAE, sendo essa a única estimativa de Dívida Consolidada, considerando que a Dívida junto a Receita Federal se extingue em maio deste exercício financeiro. Valor de precatórios posteriores a 05/05/2000 estimados pela procuradoria jurídica. Para os demais exercícios, não há previsão de dívida junto a Receita Federal, considerando que os dois parcelamentos vigentes se encerram em julho de 2023, restando a estimativa de precatórios e RPV, corrigidos pelo IPCA correspondente.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras para o exercício de 2023, foram recalculadas levando-se em consideração a reestimativa de arrecadação, acrescido do saldo de fluxo de caixa do exercício anterior, subtraídos da estimativa de liquidação de despesa, conforme detalhada na tabela de Dívida Consolidada. Para os exercícios seguintes, os valores foram projetados pela média dos dois últimos exercícios financeiros.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2024, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 439.525.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 8.388.042,00), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Investimentos temporários e permanentes (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 431.136.958,00.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 439.525.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 1.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 0,00, tem-se que as despesas primárias para 2024 foram previstas em R\$ 439.524.000,00. **O quadro "Projeções"** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2024 que foi prevista em R\$ 8.387.042,00 negativos que para preservar o equilíbrio nas contas públicas, o município conta com o superávit financeiro, cujos valores não são considerados na LDO/Orçamento. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, **a meta poderá ser alterada**, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados no quadro "Dívida Consolidada".

11- Vale destacar, por fim, que com a queda de aproximadamente 74% da trimestralidade dos royalties verificado em fevereiro (mês da primeira trimestralidade do exercício), em caso de retorno da arrecadação sobre a expectativa por trimestralidade, possivelmente será necessário uma revisão dessas projeções de proposta que está sendo encaminhada em abril de 2022.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2024

Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2024
Aumento Permanente da Receita	-
Decorrente de Receitas Tributárias	-
Decorrente de Transferências Correntes	-
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Relativas a Pessoal e Encargos	-
Relativas ao Ticket Alimentação	-
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, §2º, inciso V da LRF.

Não há, para 2024, até a elaboração desse PLDO, estimativa do aumento permanente da receita (elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração e criação de novos tributos municipais); também não há redução permanente da despesa estimada. Assim, não foi projetada expansão de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para o exercício de 2024, sendo as discriminadas como "Novas DOCCs" já previstas na despesa estimada, como aumento no ticket alimentação, que deverão se adequar e implementar de acordo com a arrecadação verificada no decorrer daquele exercício.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2024

(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES			PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais*	Ações Judiciais em andamento contra a municipalidade, das quais haja probabilidade de que o ganho de causa venha a ser da outra parte, não prevista no orçamento.	3.200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	3.200.000,00
Despesas oriundas de situações de emergência e/ou calamidade pública, como: enchentes, epidemias, pandemias, entre outros.		1.500.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	1.500.000,00
SUBTOTAL		4.700.000,00	SUBTOTAL	4.700.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	Arrecadação prevista maior que a arrecadada causando desequilíbrio também no resultado primário.	40.000.000,00	Limitação de empenho	40.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	Tributos retidos indevidamente na fonte.	10.000,00	Limitação de empenho	10.000,00
Discrepância de Projeções:	Projeção de arrecadação feita com índices não praticados na data da execução da despesa/receita.	-	Limitação de empenho	-
Assunção de Passivos	Incremento do Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores Municipais.	3.500.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	3.500.000,00
SUBTOTAL		43.510.000,00	SUBTOTAL	43.510.000,00
TOTAL		48.210.000,00	TOTAL	48.210.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

Município de : MARATAÍZES-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	464.178.558,83	87,73%	334.271.150,12	72,01%	325.191.337,49	97,28%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	64.898.111,25	12,27%	129.907.408,71	27,99%	9.079.812,63	2,72%
TOTAL	529.076.670,08	100,00%	464.178.558,83	100,00%	334.271.150,12	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha “Resultado Acumulado”, foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2020 a 2022, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 334.271.150,12 em 31.12.2020 para R\$ 529.076.670,08 em 31.12.2022.